ReGeo ISSN: 2177-3246

CÍRCULOS DE ESCUTA POLÍTICA DE TRABALHADORES(AS): UMA GRAMÁTICA CONTRACOLONIAL

WORKERS' POLITICAL LISTENING CIRCLES: A COUNTERCOLONIAL GRAMMAR

CÍRCULOS DE ESCUCHA POLÍTICA PARA LOS TRABAJADORES: UNA GRAMÁTICA CONTRACOLONIAL

https://doi.org/10.56238/revgeov17n9-078

Data de submissão: 16/08/2026 **Data de publicação:** 16/09/2026

Lêda Gonçalves de Freitas
Doutora em Psicologia Organizacional e do Trabalho
Instituição: Universidade Católica de Brasília
Orcid: https://orcid.org/0000-0002-1288-7134
Lattes: http://lattes.cnpq.br/8076487547964658

Jardel Melo Bonfim
Doutorando em Psicologia
Instituição: Universidade Católica de Brasília
E-mail: jardel.bonfim@gmail.com
Orcid: https://orcid.org/0009-0009-1962-5530
Lattes: http://lattes.cnpq.br/4481709226709535

Gracilene Paiva Araujo
Doutoranda em Psicologia
Instituição: Universidade Católica de Brasília
E-mail: Gracilene.paiva.araujo@gmail.com
Orcid: https://orcid.org/0000-0003-4761-0730
Lattes: http://lattes.cnpq.br/8882212720611943

Nair Cristina Silva Tuboiti
Doutora em Psicologia
Instituição: Universidade Católica de Brasília
E-mail: ncstuboiti@gmail.com
Orcid: https://orcid.org/0000-0002-5641-8057
Lattes: http://lattes.cnpq.br/0530351354120033

Jonas Lopes Ferreira
Mestrado em Psicologia
Instituição: Universidade Católica de Brasília
E-mail: jonaslopespsicologo@gmail.com
Orcid: https://orcid.org/0009-0007-2738-6379
Lattes: http://lattes.cnpq.br/7435352407101097

Eloísa Valéria da Silva
Mestranda em Psicologia
Instituição: Universidade Católica de Brasília
E-mail: psi.eloisavaleria@gmail.com
Orcid: https://orcid.org/0000-0001-5864-7745
Lattes: https://lattes.cnpq.br/8228970225444609

Isabela Nascente Vieira
Mestranda em Psicologia
Instituição: Universidade Católica de Brasília
E-mail: isabelanvieira2012@gmail.com
Orcid: https://orcid.org/0009-0000-5540-0640
Lattes: http://lattes.cnpq.br/9195664304325469

RESUMO
O presente artigo objetiva apresentar uma gramática contracolonial para a escuta política de trabalhadoras e trabalhadores no contexto do capitalismo rentista, que fabrica subjetividades neoliberais. Propõe-se uma confluência entre saberes sobre a Clínica do Trabalho em Dejours e os saberes dos Quilombos, dos Povos Originários e da filosofia da libertação de Dussel, a fim de semear a potência de vida frente às devastações ambiental, social e subjetiva engendradas pelo capital. Assim, a partir da compreensão contracolonial de Antônio Bispo, da cosmovisão do Bem Viver dos Povos Originários em Acosta e Krenak, da abordagem da Clínica Psicodinâmica do Trabalho de Dejours, da crítica fanoniana à colonialidade do ser e da descolonização do inconsciente para potenciar outros modos de vida em Rolnik e Bispo, busca-se significar a pesquisa-intervenção em Clínica do Trabalho por meio dos "Círculos de Escuta Política". Estes, fundamentados em Paulo Freire, configuram-se como espaços-tempo de convivência democrática que, por meio do diálogo, do respeito e da análise crítica da realidade do trabalhar, mobilizam os sujeitos trabalhadores para a vida comum e a superação da civilização do capital.

Palavras-chave: Trabalho. Gramática Contracolonial. Círculos de Escuta Política.

ABSTRACT
This article aims to present a countercolonial grammar for the political listening of workers in the context of rentier capitalism, which manufactures neoliberal subjectivities. It proposes a confluence between knowledge of the Clinic of Work in Dejours and the knowledge of Quilombos, Indigenous Peoples and Dussel's philosophy of liberation, in order to sow the power of life in the face of the environmental, social and subjective devastation engendered by capital. Thus, based on the countercolonial understanding of Antônio Bispo, the worldview of Good Living of Indigenous Peoples in Acosta and Krenak, the approach of the Psychodynamic Clinic of Work by Dejours, the fanonian critique of the coloniality of being, and the decolonization of the unconscious to empower other ways of life in Rolnik and Bispo, this study seeks to give meaning to research-intervention in the Clinic of Work through Circles of Political Listening. These, based on Paulo Freire's ideas are configured as spaces and times for democratic coexistence that, through dialogue, respect, and critical analysis of the reality of work, mobilize working subjects for common life and the overcoming of capitalist civilization.

Keywords: Work. Countercolonial Grammar. Political Listening Circles.

RESUMEN
Este artículo tiene como objetivo presentar una gramática contracolonial para la escucha política de los trabajadores en el contexto del capitalismo rentista, que fabrica subjetividades neoliberales. Propone una confluencia entre el conocimiento de la Clínica del Trabajo de Dejours y el conocimiento de los Quilombos (comunidades cimarronas), los Pueblos Indígenas y la filosofía de la liberación de Dussel, con el fin de sembrar el poder de la vida frente a la devastación ambiental, social y subjetiva engendrada por el capital. Así, basándose en la comprensión contracolonial de Antônio Bispo, la cosmovisión del Buen Vivir de los Pueblos Indígenas en Acosta y Krenak, el enfoque de la Clínica Psicodinámica del Trabajo de Dejours, la crítica fanoniana de la colonialidad del ser y la descolonización del inconsciente para empoderar otras formas de vida en Rolnik y Bispo, este estudio busca dar sentido a la investigación-intervención en la Clínica del Trabajo a través de "Círculos de Escucha Política". Estos espacios, fundamentados en las ideas de Paulo Freire, se configuran como espacios y tiempos de convivencia democrática que, mediante el diálogo, el respeto y el análisis crítico de la realidad del trabajo, movilizan a los trabajadores para la vida en común y la superación de la civilización capitalista.

Palabras clave: Trabajo. Gramática Contracolonial. Círculos de Escucha Política.

1 INTRODUÇÃO

Este artigo dedica-se a expor uma gramática contracolonial para a escuta política de trabalhadores(a) frente ao contexto de trabalho cada vez mais precário no capitalismo rentista e neoliberal. Para tanto, nos conduzimos à elaboração de uma gramática contracolonial com base nos pensadores: Santos (2023a, 2023b), Krenak (2020), Dussel (1977), Acosta (2016), Moura (2021), Rolnik (2018), Fanon (2022) e Freire (2003). Com estes, realizamos uma confluência de ideias com autores como Dejours (2008a, 2008b, 2008c, 2008d) e Dowbor (2022).

Santos (2023a, p. 4) nos ensina: "um rio não deixa de ser um rio porque conflui com outro, ao contrário, ele passa a ser ele mesmo e outros rios, ele se fortalece". Portanto, a confluência é uma força que amplia as possibilidades de se relacionar de modo não marcado pela lógica do dominador. Na perspectiva em questão, entendemos que a confluência se realiza entre os saberes correntemente estudados no ambiente universitário com saberes invisibilizados diante da colonialidade do saber, até agora, sob o domínio dos saberes do Norte Global, conforme Lander (2005).

A Clínica Psicodinâmica do Trabalho (CPT) concebida por Christophe Dejours se fez importante desde a sua chegada ao Brasil, especialmente ao estudar a relação entre prazer, sofrimento e a organização do trabalho, e ao analisar como a discrepância entre trabalho prescrito e trabalho real produzem estratégias de enfrentamento do sofrimento. Em vista disso, a Clínica do Trabalho objetiva intervir para ressignificar o sofrimento no trabalho e, assim, contribuir para que os trabalhadores possam resistir e enfrentar as adversidades do contexto de trabalho. Tem-se o foco no sofrimento psíquico e na elaboração de estratégias para enfrentar o sofrer no trabalho.

Sabe-se que a escuta do sofrimento no trabalho, na perspectiva da Psicodinâmica do Trabalho, mobiliza o subjetivo para enfrentar os infortúnios do mundo trabalho, com vistas a transformar o sofrer em prazer. Porém, segundo Freitas (2023), o atual contexto clama por multiplicar pensamento e ação com vistas a romper as formas de vida que engendram subjetividades tristes e capturadas pelo capitalismo rentista e neoliberal. Diante disso, Freitas (2023) assevera a necessidade de uma escuta direcionada também para a geração de preceitos que busquem superar a civilização do capital. Isto posto, acentua-se o político na escuta com o foco em derruir as subjetividades dóceis e os desejos fabricados pela cultura capitalista, conforme Rolnik (2018).

A partir disso, autores(as) como Santos (2023a, 2023b), Krenak (2020), Dussel (1977), Acosta (2016), Moura (2021), Rolnik (2018), Fanon (2022) e Freire (2003) passaram a ser vistos como necessários para problematizar a Clínica do Trabalho dejouriana. Desta forma, pretendemos deslocar a importância da Psicodinâmica do Trabalho para um saber necessário, ou seja, que conflui com outros saberes. De acordo com o próprio Dejours (2004), "trabalhar não é unicamente produzir: é, também, e

sempre, viver junto" (p. 32), ou seja, trabalhar é se relacionar, confluir. Assim sendo, tal confluência objetiva significar a pesquisa-intervenção em Clínica do Trabalho, por intermédio dos "Círculos de Escuta Política", o que pretende ser um modo contracolonial de promoção da saúde no trabalho.

Santos (2023a, p. 58), quilombola, ao construir uma linguagem contracolonial, afirma que o contracolonialismo diz respeito ao fato de um outro "[...] querer me colonizar e eu não aceitar que você me colonize, é eu me defender". Assim, o autor em sua formulação inventa outras palavras, portanto, outra gramática para se defender e enfrentar o colonialismo. Com base nessa visão de Santos, buscar-se-á compor uma gramática contracolonial com o propósito de fabricar modos de pensar, sentir e agir para além do imaginário colonial-capitalístico (Rolnik, 2018).

À vista disso, neste texto, utilizamos a palavra gramática considerando como sendo uma linguagem que organiza os modos de pensar, sentir e agir na sociedade. Conforme Dussel (1977), em sua filosofia da libertação, sendo a gramática uma estrutura e processos de linguagem, faz-se necessário outra linguagem que não perpetue relações de poder, as quais estão naturalizadas nos países latino-americanos, tão sofridos com os processos imperialistas e coloniais ao longo da história.

Neste sentido, em primeiro lugar, contextualizamos o nosso ponto de partida ao trazermos breves considerações sobre o capitalismo em sua fase rentista e neoliberal. Com isto, evidencia-se as devastações ambiental, social e subjetiva e a necessidade de confluir saberes para enfrentar tal contexto. Em segundo lugar, apresentamos os conhecimentos contracoloniais que nos possibilitam construir uma gramática contracolonial em confluência com saberes acadêmicos. Por fim, serão destacados os "Círculos de Escuta Política", os quais se apresentam, neste artigo, como uma proposição contracolonial de uma *praxis* em Clínica do Trabalho latina-americana.

2 O TRABALHO NO CENÁRIO DO CAPITALISMO RENTISTA E NEOLIBERAL

Dowbor (2022) raciocina sobre a mudança do modo de produção capitalista no desenrolar da revolução digital. Para o autor, a expansão abrupta das tecnologias e o impulsionamento da economia imaterial, assim como a conectividade, o dinheiro virtual e a expansão do trabalho precarizado, produzem um deslocamento da sociedade capitalista. Esse deslocamento se caracteriza por um processo no qual minorias ricas e improdutivas se apropriam do produto socialmente construído, sem, contudo, gerar empregos ou produzir bens e serviços (Dowbor, 2022).

Desta forma, Dowbor (2022, 2024) compreende o rentismo como um novo modo de acumulação de capital de produção própria do capitalismo financeirizado e digital, no qual a apropriação do excedente social por minorias super-ricas – já presente no capitalismo clássico – se intensifica de modo ainda mais excludente. Se antes o excedente era produzido pela exploração da

força de trabalho, agora ele é capturado sem a necessidade de produção material, por meio da extração de taxas, dividendos e da especulação financeira. Esse processo se amplia com o controle das plataformas digitais, que transformam dados em fonte de riqueza.

Nesse sentido, Grohmann (2020a) define a extração, tratamento e comercialização de dados como dataficação, uma vez que as informações coletadas são convertidas em produtos e serviços oferecidos aos próprios sujeitos que as geram. Tal dinâmica, como lembram Couldry e Hepp (2017, citados em Grohmann, 2020b), não se reduz à coleta de dados, mas expressa um novo modo de geração de mais-valia.

Para compreender as especificidades desse novo modo de acumulação, é necessário retomar brevemente as bases do capitalismo industrial, cuja centralidade é a acumulação de capital por meio de sua reprodução, que se valoriza com base em investimentos. Os capitalistas, com suas empresas, produzem e geram lucros, os quais serão aplicados em novos capitais. Isto fornece lucros conseguidos com pagamentos de salários, os quais são menores ao que foi produzido. Portanto, acumulação de capital se realiza com a mais-valia, exploração que leva a mais investimentos, empregos, muitos lucros e, também, impostos que podem garantir políticas públicas.

Para mais, Dowbor (2022, 2024) afirma que o capitalismo industrial é um sistema injusto, mas há produtividade. Nesta fase do capitalismo, o autor ainda nos ensina que a exploração do trabalhador por meio dos baixos salários vinha com limites de extração da mais-valia, ao assegurar salários e políticas sociais, pois os capitalistas precisavam vender os seus produtos. Portanto, de algum modo, para o autor, havia um limite de apoderamento pelas elites econômicas, do excedente social. Nesta fase, o enriquecimento do capitalista necessitava de produção, geração de empregos e até de pagamento de impostos.

Porém, a partir dos anos de 1970, os capitalistas passam a acumular, por meio do capital financeiro, em que os financistas sabem que enriquecem muito mais sem esforço. Aplicam em produtos financeiros que rendem juros e dividendos sem produção alguma. Tem-se nesse cenário um aumento descomunal da desigualdade social, que segundo Dowbor (2022, 2024), assegura que, em 2020, as vinte pessoas mais ricas no mundo possuem mais riqueza que a metade mais pobre da humanidade. Portanto, no capitalismo rentista, a desigualdade social torna-se mais aprofundada.

Desde o nascente capitalismo até o contexto atual, todo o seu desenvolvimento realiza-se apoiado nas transformações da ciência e tecnologia. Agora, na era do capital rentista, do controle das empresas plataformas em relação às empresas industriais, ocorre um controle em todo o planeta, de modo imaterial, favorecendo dispositivos ampliados de apropriação sem o equivalente em criação de bens e serviços, bem como a geração de empregos, como acentua Dowbor (2020). Para o autor, o

deslocamento do capitalismo está no domínio das plataformas digitais em todo o planeta. Mesmo assim, o capitalismo industrial ainda existe, porém, o foco da dominação e gerência está, agora, sob o controle das empresas-plataformas como a *BlackRock.*

Segundo Dowbor (2022), a *BlockRock* tem capacidade de investimento cinco vezes superior ao PIB brasileiro e gerencia mais de 11 trilhões de dólares de ativos mundo afora. Além do mais, em sua análise mais recente, Dowbor (2024) mostra que a plataforma *Facebook* da Meta atingiu em 2024 quase 4 bilhões de usuários, e o *Youtube* e o Google alcançam mais de 2 bilhões de pessoas. Já o *WhatsApp*, Meta, chega a ter 2 bilhões de pessoas utilizando-o cotidianamente. Há o monopólio dessas empresas que por meio de publicidades vendem um mundo padronizado, com horas em telas, aprisionando o pensar e moldando desejos e sonhos de grande parte dos humanos no planeta.

Ante o exposto, Dowbor (2020, 2022, 2024) anuncia a mudança na forma de apropriação da sobra da produção, ao destacar que o modelo de acumulação capitalista, com base no equilíbrio entre Estado, empresas e sociedade civil, mesmo com fortes desigualdades presentes nos países subdesenvolvidos, correspondeu a um modelo de acumulação alicerçado na geração de empregos, com políticas redistributivas, como expansão de serviços universais de saúde, educação, segurança, entre outras políticas.

No decorrer desse contexto, a desigualdade no mundo aumenta. O relatório "Desigualdade S. A. – como o poder das grandes empresas divide o nosso mundo e a necessidade de uma nova era de ação pública", da OXFAM (2024), revela o aumento da concentração de renda e, em consequência, o aumento da pobreza. Segundo o relatório, a contar de 2020, os cinco homens mais ricos do mundo conseguiram duplicar as suas riquezas. Porém, ao mesmo tempo, em torno de 5 bilhões de pessoas no planeta Terra tornaram-se mais pobres.

O referido relatório indica que existe uma enorme concentração do poder nas grandes empresas e monopólios, acentuando as desigualdades em todos os campos da economia. Esta concentração ancora-se na privatização do Estado, ao entregar o patrimônio público para os mais ricos, na desregulamentação dos direitos trabalhistas, no não pagamento de impostos de forma justa pelos bilionários. Além disso, tal concentração de riqueza impulsiona o colapso climático, e os mais pobres, que não têm renda adequada, são os que mais sofrem com a devastação ambiental (OXFAM, 2024).

No Brasil, a herança colonial e escravocrata revela um país que, segundo o relatório de concentração de renda e riquezas, elaborado pela *Global Wealth Report* 2023, apresentou a maior concentração de renda no mundo em 2022. De acordo com o referido relatório, 48,4% da riqueza do Brasil está nas mãos de apenas 1% da população (UBS, 2023). Tais desigualdades sociais revelam a persistência da colonialidade do poder, em que, de acordo com Mignolo (2008), os colonizados, mesmo

com a independência e as lutas populares, continuam submetidos à lógica do poder capitalista moderno que nos naturaliza como inferiores aos países que se beneficiaram da colonização, e são hoje os do capitalismo mundial.

Moura (2019) destaca que o Brasil passou pelo sistema escravista e desde o fim da escravidão experiencia o capitalismo dependente. No sistema escravista a pessoa escravizada se apresentava como produtor-mercadoria e produtor de mercadoria. Para Souza (2020), a escravização articulava-se a uma racionalidade econômica ligada ao capitalismo, que separava quem produzia riqueza (escravizados, trabalhadores) de quem a apropriava (senhores, capitalistas), pois havia uma negação ontológica: a desumanização que retirava das pessoas africanas e descendentes a condição de sujeitos históricos (Lukács, 2013; Souza, 2020).

Essa escravização, de caráter mercantil, visava ao mercado externo (Souza, 2020) e dependia do tráfico atlântico, que trouxe milhões de pessoas africanas, sustentando o enriquecimento de senhores, traficantes e da Coroa (Lara & Diogo, 2022; Gorender, 2016). Submetidas à violência extrema, inclusive à marcação a ferro (Gorender, 2016), a escravização de pessoas negras possibilitou a acumulação colonial e a naturalização da marginalização negra.

Neste contexto brasileiro, a precarização do trabalho é uma categoria permanente da história desse país que viveu quase 400 anos de escravidão. No contexto do capitalismo rentista e neoliberal, com o atravessamento do racismo e do sexismo, a precarização social do trabalho, na acepção de Druck (2011), é fato novo e velho porque é, ao mesmo tempo, diferente e igual, vem do passado e continua no presente. Do passado, o país traz a herança da escravidão, em que, no pós-escravidão, as pessoas negras foram excluídas do nascente trabalho livre.

No atual capitalismo rentista, a precarização própria deste tempo se fundamenta na flexibilização que exige do trabalhador ser multifuncional (Druck, 2011); a constante informalidade que é velha e tem a população negra mais presente nesse espaço de trabalhar (Druck, 2011; Freitas, 2023); a intensificação e terceirização, processos singulares desse contexto atual do capital, por meio de fazer mais com menos para atingir as metas organizacionais e o processo de terceirizar com base em empresas fornecedoras de força de trabalho em condições precárias (Druck, 2011). E, ainda, como destaca a autora, a cultura organizacional que faz a gestão da força de trabalho explora ao máximo as capacidades humanas, promovendo esgotamentos de saúde física e mental.

Ainda mais, nota-se que na era digital, as empresas-plataformas impulsionam a falta de proteção trabalhista e de benefícios sociais, rejeitam ou fragilizam os vínculos empregatícios, trazem insegurança financeira, decorrências da irregularidade da demanda de trabalho e da dependência de avaliações de clientes. Assim, tem-se a configuração do trabalho plataformizado controlado por

organizações multinacionais que superexploram a força de trabalho, porém, as grandes corporações não se identificam como empresas clássicas. Dessa forma, se assumem como organizações de uma economia do compartilhamento, o que as exime de responsabilidades e de garantias trabalhistas, propiciando um cenário de vulnerabilidade para os trabalhadores (Antunes & Filgueiras, 2020).

É nesse cenário, de velhas e novas formas de exploração, que emerge a urgência de uma escuta política do sofrimento no trabalho que desatravanque as mentalidades servis e tristes, diante desses 526 anos de produção de subjetividades colonizadas. Em vista disso, no próximo tópico apresentamos uma gramática contracolonial que nos leva a impulsionar a escuta política no trabalho.

3 UMA GRAMÁTICA CONTRACOLONIAL

No atual contexto do imperialismo, a dominação da mente e das emoções, a psicopolítica apresenta-se como uma nova forma de poder e manipulação do capitalismo rentista e neoliberal (Han, 2028). Ao produzir desejos cada vez mais mediados pelas grandes mídias digitais, estabelece-se uma colonização digital[1] que perpetua o domínio sobre os povos periféricos. Posto isso, uma filosofia progressista que, nas periferias do capital, apenas repete a filosofia do centro converte-se numa ideologia encobertadora que sustenta a continuidade da dominação imperial e da colonização perene (Dussel, 1977).

Em vista disso, a filosofia da libertação, pensada por Dussel (1977), traz uma profunda crítica ao pensamento colonial presente nas Américas, construído pelos países colonizadores, os quais interpretam a periferia com as categorias do centro, do não ser. Para o autor, construiu-se nesses trópicos uma dinâmica de mestres coloniais, de filósofos que esqueceram a história de dominação imperial. Portanto, Dussel (1977) afirma que são mestres castrados e que castram os seus discípulos.

Nesse contexto de opressões, Dussel (1977) anuncia a necessidade de uma filosofia da libertação da periferia. Para isso, o autor nos convoca a sair do horizonte do fenômeno do que aparece, para a vida do pobre, do oprimido, do outro que não é uma figura, tampouco, um fenômeno, é uma pessoa que transgride o poder constantemente. É necessário diminuir a distância e "agir para o outro como outro", um aproximar-se, não um dirigir-se às coisas, mas aproximar-se da realidade, da concretude da vida.

Com esse objetivo, a metodologia de Dussel (1977) nos convoca à superação do pensamento colonial, do que vem do centro para uma filosofia da libertação dos povos oprimidos, da periferia.

[1] O livro "Colonialismo digital: por uma crítica hacker-fanoniana", de Deivison Faustino e Walter Lippold (2023) traz uma crítica contundente sobre como as redes digitais são utilizadas para manutenção do capitalismo, do racismo e do colonialismo.

Desta maneira, Dussel (1977) traz a categoria da exterioridade, a qual afirma a existência do oprimido, do outro que sempre esteve fora da totalidade dominante do imperialismo. Então, busca-se o aproximar-se do outro, numa *praxis* de "agir para o outro como outro".

Neste contexto, os subalternizados tornam-se o centro do raciocínio ético e político, desafiando a totalidade restrita da opressão. A libertação dos povos oprimidos realiza-se, portanto, por eles próprios e mediados pelas lutas sociais, pela reflexão crítica, guiados pela exterioridade em sua totalidade do contexto social dos oprimidos (Dussel, 1977). Desse modo, o mundo real do oprimido, conforme a filosofia da libertação de Dussel, é crucial para a gramática contracolonial da escuta política do sofrimento de trabalhadores.

Com a filosofia da libertação de Dussel iniciamos a apresentação de uma gramática, uma linguagem que possibilita estruturar uma escuta política contracolonial. Por isso, em Dussel (1977), a categoria exterioridade anuncia que os oprimidos são o centro do pensar ético e político e não o não ser do domínio colonial. A exterioridade é a alteridade que não é definida pela totalidade forçada pela opressão, é uma crítica intransigente à dominação de centro, na atualidade, aos imperialismos europeu e dos EUA sobre os países ainda colonizados.

Essa gramática da libertação de Dussel (1977) nos faz encontrar com o quilombola Santos (2023b), em particular a obra "Colonização, Quilombos – Modos e Significações", a qual eleva um pensar e agir contracolonial. Santos (2023b) realiza uma leitura da invasão e colonização que os Povos Originários e o Povo Negro experienciaram e ainda experienciam, o apagamento da sua cultura, da identidade, da linguagem e modos de vida. O roubo de terras, extravio dos territórios dos Povos Originários, produziu a desconexão com a terra e o distanciamento dos seus ancestrais.

Os africanos escravizados pelo sistema escravista, conforme Moura (2019) experienciaram a perda de toda uma ancestralidade em África. Por aqui, os africanos escravizados tiveram sua vida degradada num processo violento de exploração e, de acordo com Moura (2019), a escravidão se constituiu como um modo de produção organizado em torno da luta de classes, na qual as pessoas escravizadas foram subjugadas a condições de vida desumanas por meio do trabalho extenuante, sem alimentação adequada e mínima higiene.

Em meio a essa condição de vida, as pessoas escravizadas resistiram com rebeliões, fugas e, nos quilombos, produziram o desgaste do sistema escravista. Moura (2014) demonstra que esta resistência negra foi permanente e estruturante na dinâmica da escravidão. Além disso, o quilombo atuava como uma forma alternativa de reorganização da vida negra, conforme compreende Nascimento (2021). Portanto, essas práticas podem ser entendidas, ainda, como afirmações da existência diante da desumanização colonial descrita por Fanon (2008). Diante disto, entendemos que é possível nomear

esse modo situado de resistência, enraizado nas experiências negras e nas práticas cotidianas de sustentar a vida, como *negrisistência*[2], ou seja, um processo no qual existir, cuidar, trabalhar e criar vínculos constituíram e ainda constituem formas concretas de enfrentamento ao racismo estrutural e às continuidades do colonialismo.

Portanto, esses povos, que para os colonizados situavam-se no domínio do não-ser, mesmo com toda a violência sofrida, mantiveram seus modos de vida com significações contracoloniais. Posto isto, os modos de vida dos povos que vivenciaram apagamento colonial, fundamentam a gramática para uma escuta política de trabalhadores. Mesmo tendo os seus saberes invisibilizados pelo colonialismo português, desde 1500, ainda hoje, resistem e nos deixam um legado de conhecimentos e práticas que são mais que essenciais, diante desse contexto de devastação ambiental, social e subjetiva.

Santos (2023b, p. 35) entende por colonização "[...] todos os processos etnocêntricos de invasão, expropriação, etnocídio, subjugação e até de substituição de uma cultura pela outra, independentemente do território físico geográfico em que essa cultura se encontra". Por outro lado, Santos (2023b, p. 48) afirma que a contracolonização diz respeito a "[...] todos os processos de resistência e de luta em defesa dos territórios dos povos contracolonizadores, os símbolos, as significações e os modos de vida praticados nesses territórios".

Em vista disso, Santos (2023b), em sua jornada contracolonial, traz modos e significações presentes nas Comunidades Quilombolas e Indígenas que nos ajudam a afirmar uma gramática contracolonial em meio ao domínio do capital rentista e neoliberal. Para tal propósito, trazemos a compreensão de sociedade do autor, a partir da ideia de biointeração, que é própria dos quilombos, dos terreiros das religiões de matrizes africanas, da capoeira, da roda, enfim, todas as expressões dos povos tradicionais. Esses modos e significações consistem de um pensamento pluralista e territorializado, com estruturação circular, portanto, contracolonial.

A biointeração, pensada por Santos (2023b), focaliza a necessidade de interação entre todos os componentes da natureza com vistas à superação da expropriação da dinâmica desenvolvimentista do imaginário colonial. Isso é possível ao fazer um giro do desenvolvimento sustentável que busca "reduzir, reutilizar e reciclar", ou seja, transformar o orgânico em sintético, sendo a única saída para a humanidade; para "extrair, utilizar e reeditar". O desenvolvimento colonial devasta o planeta, cria miséria e escassez, a biointeração é plural, circular, é aprender com a floresta, com a terra, as águas, o

[2] O termo negrisistência é uma criação conceitual que não se encontra na literatura indexada até o momento. Ele surge aqui como um neologismo valise que articula negritude e resistência para nomear práticas específicas de afirmação da potência de vida de sujeitos negros em contextos de racismo estrutural e colonialismo.

vento, enfim, é construir uma relação orgânica e não sintética com toda a vida do planeta (Santos, 2023a, 2023b).

Ao trazermos tais pensamentos nos encontramos com a gramática do pensamento circular dos povos contracoloniais. Nesse sentido, Santos (2023b) ensina que nas comunidades tradicionais a visão circular se contrapõe ao pensamento reto e sequencial do mundo colonizador, o qual tem produzido as devastações ambiental, social e subjetiva. Desse modo, a linguagem contracolonial criada por Santos (2023b) – biointeração e circularidade – passa a compor a gramática da escuta política, tendo em vista que o escutar político necessita de fabricar novos modos de significar o viver no contexto do capitalismo devastador.

A cosmovisão dos Povos Originários, o Bem Viver, traz modos de vida anticapitalistas. Para esta cosmovisão, a Terra é um organismo vivo e o ser humano um microcosmo desse organismo. Assim, não há como tratar o capitalismo, pois esse sistema a tudo destrói e está afetando toda a vida no planeta e o estado mental dos seres humanos. Para Krenak (2020) e Acosta (2016), faz-se necessário imaginar outros mundos possíveis e compreender que os humanos e a Terra compõem a mesma essência. Desse modo, o ser humano precisa se ver enquanto natureza e deixar de separar o humano da natureza. Se o planeta Terra é destruído, a Terra fica doente e, portanto, os corpos humanos estão suscetíveis a toda devastação do planeta, pois somos feitos de água, de matéria sólida, músculos e ossos.

Conforme Krenak (2020), o sentido de viver está no potenciar a existência. O sistema capitalista produz subjetividades consumistas que não conseguem imaginar outros modos de viver no planeta. Os humanos naturalizam a destruição da biodiversidade, como a destruição de florestas, mares e rios, a mudança climática, e a excessiva extração de recursos naturais que continua a usurpação das terras dos Povos Originários.

O povo da mercadoria, como nomina Kopenawa e Albert (2015, p. 6-17), fabrica uma subjetividade humana voltada para si próprio, com sonhos de cobiça, crescimento econômico sem fim e a indústria de armas para produzir guerras. Isto posto, assumimos em nossa gramática contracolonial que a natureza não é um recurso e não existe para nos servir. Há que produzir modos de pensar, sentir e agir, em consonância com a filosofia do Bem Viver para uma convivência harmônica entre todos os seres vivos (Acosta, 2016).

À vista disso, para superar a cultura da desigualdade e da devastação, Acosta (2016) alerta que não devemos esperar o fim do capitalismo para impulsionar valores, experiências e práticas da cosmovisão do Bem Viver. Diante disso, para uma escuta política de trabalhadores, cabe na gramática contracolonial arar ideias, conceituações e imaginações para parir outros modos de pensar, sentir e agir

no cotidiano do trabalhar. Com isso, aderimos à gramática contracolonial a compreensão de vivermos em harmonia com a Natureza, ao termos como referências os princípios da filosofia do Bem Viver, reciprocidade, relacionalidade, complementaridade e solidariedade entre os sujeitos e comunidades, construindo um imaginário que confronta a contínua acumulação do capital.

Isso requer outras formas de organização social, em todas as maneiras de convivência social, construindo espaços de vida, no nosso caso, de escuta política, a fim de praticar troca, apoio e cooperação de maneira equilibrada. Desse modo, afirma-se o princípio da reciprocidade como uma prática da escuta política que dá sentido à vida. Cultivar a interdependência de toda a vida, aprendendo que tudo está em conexão, que tudo que um sujeito faz afeta a si e ao grupo; nos remete a pulsar relacionalidade. E mais, a diferença é um fato de toda vida no Planeta, destarte, todos os vivos, em ação compartilhada, complementam-se e se enriquecem reciprocamente. A solidariedade representa o valor da união e de pulsar justiça social em meio às desigualdades de renda, raça e gênero (Acosta, 2016). Portanto, esses princípios afloram uma gramática contracolonial empurrada pelos povos, considerados pelo dito centro do capital, como não seres. Aqui, passamos a realizar uma libertação em nossa prática de escuta do sofrer no trabalho.

De modo convergente, Limulja (2022) observa que escutar o desejo dos outros exige deslocar hierarquias coloniais e abrir-se à alteridade, condição para a criação de práticas de convivência mais justas. Assim, fundamentada nesses aportes, a escuta política não é apenas gesto ético, mas também potência epistêmica e prática transformadora, capaz de qualificar o trabalho coletivo e promover o Bem Viver. Portanto, a escuta voltada para a preservação da vida, escutando sonhos e desejos no coletivo, mobiliza convivências outras, e, desse modo, a preservação de toda a vida compõe o que estamos denominando de gramática contracolonial.

Em Fanon (2022) podemos considerar para nossa gramática contracolonial a compreensão da violência racial como sustentáculo da modernidade/colonialidade, sendo o racismo, enquanto gramática do colonizador, o produtor da propagação da política e da economia do capital. Daí, Fanon (2022) nos ensina que o Estado-nação, construído a partir do olhar colonizador europeu, nos vários países que experienciaram tal colonização, se mantém por meio da violência. No caso do Brasil, pode-se afirmar que o Estado aqui formado, há 526 anos, tem na sua primazia o controle, a punição e a expropriação de vidas consideradas matáveis.

Em vista disso, temos até hoje o espojo das terras dos Povos Originários e o morticínio da população negra. Na gramática fanoniana temos a compreensão de que para contracolonizar[3] é fulcral

[3] Fanon (2022) utiliza o termo “descolonização” para tratar do processo político e histórico pela emancipação dos povos colonizados. Opta-se aqui pelo termo ‘contracolonização’ para enfatizar o enfrentamento ativo das estruturas coloniais e a

permutar um tipo de ser humano para outro tipo de ser humano. É um processo histórico longo, que exige "reorganizar o cérebro do povo", uma nova linguagem para um novo tipo de pessoa.

Para Fanon (2022), no mundo colonizado há inúmeros interlocutores que levam a violência para o cérebro do colonizado, como forças policiais e uma legião de "professores", para dominar simbolicamente, como as mídias corporativas, certas religiões e modelos educacionais. Tais interlocutores criam em volta do povo ares de conformidade que atenuam os enfrentamentos frente ao poder colonial. No livro "Os Condenados da Terra", Fanon (2022) convoca-nos à demolição da lógica colonial.

Essa lógica desumaniza as pessoas colonizadas, como exemplifica ao expor que "O nativo é declarado impermeável à ética: ausência de valores, mas também negação de valores [...]. Nesse sentido, é o mal absoluto" (Fanon, 2022, p. 38). Por assim ser, Fanon (2022) quer que o colonizado raciocine sobre as amarras coloniais e edifique outra linguagem contracolonial para que una os povos colonizados.

Na gramática de Fanon (2022, p. 44), nos encontramos com sua crítica ao intelectual colonizado ao afirmar: "[...] uma sociedade de indivíduos em que cada um se fecha em sua subjetividade, onde a riqueza é a riqueza do pensamento". No entanto, o colonizado em sua luta por libertação compreende que essa visão é enganadora, pois os povos em resistência se organizam com outra linguagem, como "Irmão", "Irmã", entre outras citadas por Fanon (2022). Por aqui, os Povos Originários utilizam "Parente". Na luta política urbana somos "Companheiros", "Companheiras".

As ideias da pensadora Suely Rolnik (2018) também entram em nossa gramática contracolonial, ao realizar uma crítica profunda ao processo de colonização do inconsciente no capitalismo contemporâneo. A autora salienta a nova versão do capitalismo como apropriação da própria vida, ou seja, ocupação da criação e da cooperação direcionadas para os seus objetivos de acumulação (Rolnik, 2018). Diante disso, o capital não extrai seu poder, exclusivamente, no campo econômico, mas similarmente da subjetividade. Com isto, Rolnik (2018) nomeia o atual sistema de regime colonial-capitalístico, em que seu poder é mais vil e, portanto, mais duro de enfrentar.

Nesse contexto, Rolnik (2018) aponta a fragilidade, nestes tempos autoritários, de compreender a apropriação da potência de criação pelo capital e, logo, confrontar esse regime. Apesar disso, a autora entende que a resistência, por agora, encontra-se na persistência comunitária de apossar-se da potência de agir para, com isso, pensar, imaginar, refletir e agir, reapropriando-se da força vital (2018). Em vista disso, o político na escuta do sofrimento no trabalho é resistir por meio do pensar e, ainda, persistir na

criação consciente de uma nova subjetividade coletiva, aspecto central da "gramática fanoniana" que propõe reorganizar o modo de ser e de pensar, não apenas romper com as estruturas instituídas.

fabricação de modos de viver para além da hiperindividualização, solidão e isolamento produzidos pela captura subjetiva do capitalismo neoliberal.

Em consonância com autores(as) acadêmicos(as) e não acadêmicos(as) que assumem uma postura contracolonial, elaborando e provocando uma gramática contracolonial, encontra-se Paulo Freire, Patrono da Educação Brasileira. Para Freire (2018), "a educação, como prática da liberdade, é um ato de conhecimento, uma abordagem crítica da realidade" (p. 46). Em outras palavras, a educação se coloca a serviço da liberdade por meio da conscientização da realidade na qual o sujeito está inserido. É importante destacar que, para Freire (2018), a conscientização constitui um processo permanente de diálogo com o sujeito, perguntando-lhe sobre o que pensa e incentivando-o a refletir, de modo a favorecer o desenvolvimento de uma postura crítica em sua própria realidade.

Assim, a palavra assume papel fundamental nesse processo, pois, ao ser problematizada, gera novos saberes voltados à libertação do ser humano das situações de opressão em que se encontra (Freire, 2003). Enquanto a educação bancária se orienta pela dominação e pela reprodução das lógicas de opressão, a educação libertadora busca a autonomia do sujeito como ser que pensa, sente e age por si. Não um "por si" individualista, nos moldes capitalistas, mas um "por si" constituído historicamente e socialmente.

Para Freire (2018), a conscientização acontece na relação dialógica, ou seja, no diálogo entre homens e mulheres com o objetivo de conhecer, compreender e transformar sua realidade. É nessa perspectiva que ele desenvolve o Círculo de Cultura, inicialmente voltado à alfabetização de adultos (Freire, 2003). Nesse espaço, o processo não se restringe à aprendizagem da leitura e da escrita, mas também se estende ao ato de conhecer e interpretar o mundo a partir das palavras. O Círculo de Cultura cria, portanto, um ambiente favorável à reflexão-ação e à construção coletiva do saber, centrada no diálogo, em que todos os conhecimentos são igualmente valorizados como perspectivas legítimas (Freire, 2003).

Nesse ponto, o pensamento de Freire (2003) conflui com o de Santos (2023b), ao destacar a confluência de saberes como posicionamento contracolonial. Como afirma o próprio Freire (2003, p. 92): "não é no silêncio que os homens se fazem, mas na palavra, no trabalho, na ação-reflexão". Essa concepção reforça que uma atitude contracolonial se ancora na coletividade da vida e do trabalho, afinal, como lembra Dejours (2004), trabalhar é viver junto.

Então, confluímos com esses(as) autores(as) ao buscarmos um processo de transformação da nossa atuação enquanto educadores, pesquisadores e fazedores de escuta política de trabalhadores (a) comprometidos com uma prática contracolonial que favoreça uma transformação profunda da pessoa e da sociedade, por meio de um pensamento referenciado nos povos colonizados.

4 CÍRCULOS DE ESCUTA POLÍTICA – CONFLUÊNCIA DE SABERES

A gramática da escuta política contracolonial, a partir dos autores apresentados no tópico anterior, se estrutura em confluência com os saberes constituídos da prática da Clínica Psicodinâmica do Trabalho (CPT), conforme Dejours (2008a, 2008b). Esta prática interventiva se realiza por intermédio de encontros coletivos, e que proporciona aos trabalhadores um espaço público de fala que viabilize a mobilização subjetiva, processo que procura transformar em prazer as circunstâncias geradoras de sofrimento. Em Freitas (2023) foi apresentada, com base na Clínica Psicodinâmica do Trabalho de Dejours (2008a, 2008b, 2008c, 2008d), e com as adaptações desenvolvidas por Mendes e Araújo (2011), o processo de edificação da escuta política do sofrimento no trabalho. Freitas (2023) destaca que a prática da escuta realizada no contexto do Laboratório de Trabalho, Sofrimento e Ação (LATRASA), nasce a partir das demandas dos trabalhadores (a), ao observar um contexto de trabalho muito mais precário, hiperindividualista, adoecedor e fortemente marcado pelo autoritarismo e depreciação de espaços públicos, portanto, de uma vida esvaziada de cidadania e sentido.

Propõe-se acrescentar na díade dejouriana elaborar-perlaborar, o agir, a ação, para além da elaboração-perlaboração psíquica, para com isso, compor o nosso entendimento sobre o político na escuta do sofrimento no trabalho. Elaborar e perlaborar na Clínica Psicodinâmica do Trabalho diz respeito, de acordo com Dejours (2008a, 2008b, 2008c, 2008d), aos processos psíquicos que os sujeitos na Clínica do Trabalho experienciam no coletivo. Na elaboração, os trabalhadores organizam as informações sobre o trabalhar, dando sentido ao vivido, sendo um processo de elaboração racional que envolve as emoções e o corpo. Assim, a simbolização do vivido no trabalho por meio do verbalizar e pensar gera sentido e desfaz a rigidez em torno do que faz sofrer com vistas a superar o silêncio e a negação do sofrimento. A palavra, o ouvir o outro, a compreensão da organização do trabalho e suas contradições, permite ao trabalhador(a) uma compreensão das vivências de sofrimento impulsionando a transformação do sofrimento em sentido.

A perlaboração, para Dejours (2008a, 2008b, 2008c, 2008d) é um recurso mais aprofundado, pois circunda o inconsciente à medida que o trabalhador reflete sobre os enfrentamentos das adversidades do trabalhar. No processo de repetir o trabalho de elaboração, o trabalhador vai superando as resistências e, desse modo, consegue uma compreensão profunda do sofrimento e do porquê desse sofrimento, entendendo a totalidade da organização de trabalho. Nesse processo de elaboração contínua busca-se superar as estratégias defensivas em ações criativas com vistas a superar o sofrimento e produzir prazer no trabalho.

O político da escuta perscruta ação, considerando a organização do trabalho vivenciada pelos sujeitos que trabalham no contexto do capitalismo em sua fase rentista e neoliberal. Portanto, as

determinações macroeconômicas e sociais do contexto articuladas com a gramática contracolonial tornam-se parte do processo de elaborar-perlaborar-agir. Desse modo, a escuta política problematiza não apenas a relação sujeito e trabalho, mas também as relações sujeito e sociedade, sujeito e meio ambiente, sujeito e modos de pensar, sentir e agir.

Em vista disso, a escuta política dos(as) trabalhadores(as) provoca o resgate da sua capacidade de criar, e principalmente, cocriar, ou seja, de romper com a lógica colonial do capitalismo (Rolnik, 2028). O escutar político instiga o impulsionamento da força vital para o criar novos modos de vida, que aqui tem como referência a gramática contracolonial. Para mais, a escuta política do sofrimento de trabalhadoras(es) busca acentuar a ação dos trabalhadores como forma de semear pensamentos e outros modos de vida para além da lógica do capitalismo rentista e neoliberal, colonizador do inconsciente (Rolnik, 2018).

Ao articular essa visão com os saberes dos Povos Originários e das Comunidades Quilombolas, evidencia-se que a escuta não se limita à recepção da fala, mas envolve atenção aos sentidos, significados, narrativas, memórias, sonhos e práticas coletivas que orientam a vida e a resistência. Desse modo, escutar politicamente significa reconhecer e valorizar experiências compartilhadas, transformando sofrimento em aprendizagem coletiva, produção de sentido e criação de novas formas de existência, com base na gramática contracolonial referida anteriormente.

Ao compreender que elaborar e perlaborar é ação, o entendimento a ser construído para compor a escuta política busca confluir tal compreensão com outras visões do agir para que possamos significar a escuta política do trabalho. Com Marx e Engels (2007), na clássica obra “Ideologia Alemã”, os pensadores trazem o conceito de *praxis* como sendo uma atividade humana para além da teoria, enquanto uma prática de transformação do mundo. Desta forma, é uma ação, uma prática concreta dos sujeitos históricos diante das opressões.

Tomamos para a escuta política essa noção de *praxis,* em Marx e Engels (2007), como uma ação política que transforma a vida, pois as pessoas são seres reais, produzem sonhos, ideias, e estão em movimento para propiciar a sobrevivência e transformar a sua existência. Freitas (2023) incorpora a compreensão da *praxis* no processo de escuta do sofrimento no trabalho, provocando o político na escuta a fim de impulsionar a potência de ser e agir dos trabalhadores no enfrentamento do flagelo do capitalismo neoliberal.

Em complemento à visão de *praxis* em Marx e Engels (2007), trazemos a pensadora Arendt (2014), que afirma que a vida humana se efetiva na convivência plural com vistas a fundar o novo e o impensável por meio do pensar e agir. Desse modo, a autora entende o político como uma ação coletiva, portanto, considera a pluralidade da vida por meio do agir coletivo (Arendt, 2014). Tal como Marx e

Engels, a pensadora direciona para ação enquanto um processo de transformação da existência frente aos contextos de desigualdades sociais, econômicas e culturais (Arendt, 2014). Assim sendo, a escuta política do sofrimento no trabalho é um dispositivo de gestação da vida plural e de feitura de modos de vida para além da lógica do capital.

No percorrer a confluência de saberes, buscamos a obra de Paulo Freire (2003) "Pedagogia do Oprimido", a qual traz uma pedagogia libertadora para homens e mulheres. O educador enfatiza uma concepção educacional em que o oprimido supere a contradição opressor-oprimido (Freire, 2003). Ao afirmar a alienação forçada pelos opressores, os oprimidos, forçosamente, avocam modos de ser passivos, conduzindo-os à conformidade diante da exploração dos poderes opressores. Freire (2003) traz uma pedagogia da libertação com base na premissa de os oprimidos saberem-se oprimidos.

A pedagogia da libertação freireana entende a importância do resgate da intersubjetividade ao saber que os oprimidos em ação conjunta desvelam as opressões e comprometem-se com a transformação. Ao descobrirem-se oprimidos, em diálogo crítico e libertador, engajam-se em sua libertação. Com isto, passam a acreditar em si mesmos e passam a superar, coletivamente, a conformidade com o opressor. Este acordar, segundo Freire, não é somente cognitivo, é reflexão-ação, ou seja, é *praxis*.

A prática da pedagogia do oprimido de Paulo Freire (2003) foi elaborada para trabalhar com os alfabetizandos. Para tanto, Freire (1999, 2003) criou o método dos Círculos de Cultura, que são espaços-tempo de aprendizagem alicerçados no diálogo, participação, respeito, coletivo e análise crítica da realidade. Assim, em círculos, os sujeitos históricos conquistam autonomia, respeito, e realizam amplo diálogo.

Resumidamente, o método freireano focado na alfabetização de adultos, denominado Círculos de Cultura, foi estruturado nas seguintes fases: 1) estudo sobre o vocabulário dos participantes do círculo com o objetivo de definir as palavras geradoras para o processo de alfabetização; 2) a tematização, na qual o educador provoca a consciência do significado social de cada palavra no contexto histórico dos educandos – momento de compreender a palavra ante a realidade vivenciada; e 3) a problematização, que se realiza no diálogo sobre a realidade, no observar as contradições a fim de elaborar explicações e pulsar transformações. Com base no diálogo, os sujeitos ampliam o pensar crítico (Freire, 1999, 2003).

Assim sendo, os Círculos de Cultura comparecem nessa construção de uma escuta política contracolonial como suporte para o que estamos nominando de "Círculos de Escuta Política" de trabalhadoras e trabalhadores. Ao se mostrar como um espaço-tempo de convivência democrática por meio da expressão de pensamentos, experiências e modos de vida, mobiliza o sujeito para a vida

comum e a superação da civilização do capital. Desse modo, os Círculos de Escuta Política assim se estruturam, a partir da gramática contracolonial:

1. *Agir para o outro como outro* – o pobre arquitetado pelo colonialismo no Brasil é visto como coisa, como um não ser. Na visão contracolonial, o oprimido, o pobre, em sua maioria no Brasil integrada por pessoas negras e mulheres, é compreendido como pessoas que infringem os poderes instituídos, constantemente. Portanto, o centro é o oprimido, a sua vida, sua história, e seus modos de ser, pensar, sentir e agir no contexto de um país fundado no imperialismo, colonialismo e racismo. Este olhar, nos círculos de cultura, é o fundamento para uma prática de libertação de "agir para o outro como outro" (Dussel, 1977; Freire, 1999, 2003).
2. *Modos e significações dos Povos Originários e das Comunidades Quilombolas* – os indígenas e as pessoas escravizadas produziram resistências ainda pouco estudadas no contexto da psicologia do trabalho. Em consequência disso, existe uma ausência em estudar o mundo do trabalho, interseccionando classe, raça e gênero. Ao mesmo tempo, os saberes e resistências desses povos não são reconhecidos para o enfrentamento contemporâneo da degradação do trabalho no capitalismo rentista e neoliberal. Assim, compõem a gramática contracolonial para escuta política as histórias, os conhecimentos, os modos de ser e significações dos povos no Brasil considerados não ser pelo colonialismo (Santos, 2023a, 2023b).
3. *Biointeragir* – fabricar um imaginário capaz de biointeragir toda a vida na vida na Terra. Assim, a biointeração, saber quilombola, nos provoca a desenvolver um imaginário plural, circular, de modo a aprender com a floresta, com a terra, as águas e o vento. Então, no processo de escutar trabalhadoras e trabalhadores que enfrentam as adversidades do trabalho, faz-se necessário impulsionar o entendimento de como a sociedade do capital nos isola, nos tira a conexão com o Planeta e todas as suas formas de vida. A escuta política torna-se vital ser circular, como pensa, sente e agem os povos da circularidade, os indígenas e toda a cultura quilombola nos instruem sobre a urgência de sair de um pensamento reto e sequencial do colonizador, o qual é responsável por todas as atuais devastações, ambiental, social e subjetiva (Santos, 2023a, 2023b).
4. *O Bem Viver* – anuncia o crescimento de uma convivência em harmonia com a natureza. Esta filosofia de matriz indígena nos convoca a imaginar outros mundos para superar a barbárie do capitalismo e o ser humano se encontrar com a natureza. O capitalismo com seu imperialismo, colonialismo, racismo e patriarcado produziu uma subjetividade da mercadoria, assim, os Povos Originários, por meio do Bem Viver, invitam os seres humanos para aprenderem que a natureza não é um recurso e não existe para servir a ganância do capital. Logo, no agir da escuta

política reconhecemos a relevância de vivermos em harmonia com a Natureza e trazemos para a prática interventiva os princípios da filosofia do Bem Viver, quais sejam: reciprocidade, relacionalidade, complementaridade e solidariedade entre as sujeitos e comunidades, construindo um imaginário que confronta a contínua acumulação do capital (Krenak, 2020; Acosta, 2016).

5. *Educadores e pesquisadores, ação para transformação* – Fanon (2022) critica o intelectual colonizado corroborado pela sociedade dos indivíduos, os quais se fecham num pensar enganador e de contínua colonização. Destarte, assumimos em nossa intervenção uma prática que incremente uma transformação profunda. Para tanto, com base em Freire (1999, 2003), inspirados nos Círculos de Cultura, a provocação para transformar os cérebros tristes e colonizados realizar-se-á com diálogo, participação, respeito, coletivo e análise crítica da realidade. O que se quer, com tudo isso, é a reapropriação da potência de vida e da capacidade de pensar, sentir e agir, apoderadas pelo capital (Rolnik, 2018).

Com base nessa gramática contracolonial, os "Círculos de Escuta Política" serão mediados pela seguinte orientação:

1. *Organização do espaço* – o espaço de encontro com trabalhadores será circular, com a finalidade de construir um ambiente plural, com reciprocidade e correspondência entre todos os participantes.
2. *Acolhimento e apresentação do processo de escuta política* – os encontros seguirão os princípios de acolhimento, baseados na filosofia do Bem Viver, que enfatiza a relacionalidade, correspondência, complementaridade e reciprocidade (Acosta, 2016). Esse acolhimento visa desorganizar a compreensão contemporânea da vida, fortemente influenciada pela lógica neoliberal. Para mais, destacar a perspectiva da biointeração que problematiza um imaginário plural, circular e de aprendizagem com toda a vida na Terra (Santos, 2023a, 2023b).
3. *Elaboração/Perlaboração/Ação* – diálogo e troca sobre o pensar, sentir e agir frente às adversidades do trabalhar. A mediação dos educadores e pesquisadores impulsionará o pensar, sentir e agir dos participantes a fim de compreender o que faz sofrer, elaborar as experiências do sofrimento, ressignificar o sofrer e produzir sentidos de vida, referenciados nos saberes dos Povos Originários e das Comunidades Quilombolas. E com isso, edificar modos de vida e significações para além do domínio do capital.
4. *Sistematização dos educadores-pesquisadores* – conduzem o diálogo e troca entre os participantes, registram as ideias centrais, e ao longo dos encontros realizam a mediação, com

vistas a provocar uma leitura da realidade do trabalhar para além das questões imediatas trazidas pelos trabalhadores. Aqui, afirma-se um intelectual contracolonial que faz intervenções para provocar no imaginário uma transformação profunda. A ação do escutar político se materializa para semear transformações nos cérebros tristes e colonizados, por meio do diálogo, respeito, participação, verbalizações e análise crítica da realidade (Fanon, 2022; Freire, 2003; Rolnik, 2018).

Por fim, os "Círculos de Escuta Política" apresentam-se como espaços de potência de vida, com a finalidade de contribuir com o que Guimarães Junior e Freitas (2024) nominaram como uma virada epistemológica em psicologia do trabalho. Essa virada torna-se viável, partindo de uma gramática contracolonial, ao evidenciar saberes e práticas dos povos colonizados, que continuam a resistir até o presente momento, em confluências com conhecimentos já sistematizados na universidade. O confluir, guiado pelos princípios do Bem Viver (Acosta, 2016), apresentado ao longo desse texto, nos moveu aos "Círculos de Escuta Política". Nestes, há um encontro com a "Pedagogia do Oprimido" do educador Paulo Freire, pedagogia que convoca os oprimidos a uma consciência da opressão, ao "saber-se oprimidos", caminho fundamental para a busca pela libertação.

Assim, essa *praxis* política de escutar as trabalhadoras e trabalhadores associa-se ao que Martin-Baró (2014) nomeou de psicologia política do trabalho. Martin-Baró criticou a psicologia tradicional de adaptação ao capitalismo e pulsou uma psicologia política que atua no sentido de trazer a materialidade da exploração capitalista no mundo do trabalho para a dimensão psicológica dos sujeitos que trabalham. Então, o caminhar da elaboração de uma gramática contracolonial conflui com os "Círculos de Cultura" da pedagogia freireana.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante das confluências expostas, a construção desta gramática contracolonial para a escuta política de trabalhadores(a) buscou afirmar um outro modo de compreender a relação sujeito e trabalho, atravessada por classe, gênero, raça e território. Nela, confluíram saberes acadêmicos e saberes ancestrais, articulando a Psicodinâmica do Trabalho à filosofia da libertação de Dussel, ao pensamento contracolonial de Santos e à cosmovisão do Bem Viver de Acosta e Krenak. Essa confluência se configurou como gesto ético, político e epistemológico, insurgente diante das velhas e novas formas de exploração e de subjetivação impostas pelo capitalismo rentista e neoliberal na contemporaneidade.

Os Círculos de Escuta Política, inspirados em Paulo Freire e propostos a partir dessa gramática, não se apresentam como um método terminado, mas como uma *praxis* viva, que convoca à presença, ao diálogo e à criação coletiva de sentidos para o viver e o trabalhar. Inspirados em saberes acadêmicos e nos saberes dos Povos Originários e Quilombolas, esses círculos visam à contracolonização do pensar, sentir e agir, ao favorecer o reencontro do sujeito com a potência de existir em comum, em reciprocidade com os outros e em harmonia com o meio ambiente.

A escuta política, nesse horizonte, não se restringe a uma metodologia de intervenção, mas se constitui como ato de resistência e de libertação, também dos próprios educadores(as)-pesquisadores(as). A escuta política foi e é gestada por vários(as) pesquisadores(as) que, nos encontros de estudo dos(as) autores(as) citados(as) ao longo deste artigo, contribuíram para sermos um grupo de resistência frente à mercantilização do mundo acadêmico, igualmente capturado pela lógica neoliberal.

Por fim, a gramática contracolonial aqui delineada não pretende encerrar-se em si, mas abrir caminhos para novas práticas de pesquisa e intervenção em Clínica do Trabalho que se reconheçam latino-americanas, plurais e comprometidas com a emancipação humana. Que os Círculos de Escuta Política possam seguir se ampliando como espaço de partilha, onde o verbo escutar continue a germinar liberdade, consciência e vida coletiva, em oposição às subjetividades tristes e colonizadas forjadas pela civilização do capital.

REFERÊNCIAS

Acosta, A. (2016). *O bem viver: Uma oportunidade para imaginar outros mundos* (T. Breda, Trad.). Autonomia Literária/Elefante.

Antunes, R., & Filgueiras, V. (2020). Plataformas digitais, uberização do trabalho e regulação no capitalismo contemporâneo. *Contracampo*, *39*(1), p. 27-43. DOI: https://doi.org/10.22409/contracampo.v39i1.38901

Arendt, H. (2014). *A condição humana* (12a ed.). Forense Universitária.

Dejours, C. (2004). Subjetividade, trabalho e ação. *Revista Produção*, *14*(3), p. 27-34. DOI: https://doi.org/10.1590/S0103-65132004000300004

Dejours, C. (2008a). Addendum: da psicopatologia à psicodinâmica do trabalho. In S. Lancman, & L. I. Sznelwar (Orgs.). *Christophe Dejours: da psicopatologia à psicodinâmica do trabalho* (p. 47-106). Paralelo 15.

Dejours, C. (2008b). Entre sofrimento e reapropriação: o sentido do trabalho. In S. Lancman, & L. I. Sznelwar (Orgs.). *Christophe Dejours: da psicopatologia à psicodinâmica do trabalho* (2a ed., p. 351-364), Fiocruz.

Dejours, C. (2008c). Para uma clínica da mediação entre a psicanálise e política: a psicondinâmica do trabalho. In S. Lancman, & L. I. Sznelwar (Orgs.). *Christophe Dejours: da psicopatologia à psicodinâmica do trabalho* (2a ed., p. 187-218). Fiocruz.

Dejours, C. (2008d). Análise psicodinâmica das situações de trabalho e sociologia da linguagem. In S. Lancman, & L. I. Sznelwar (Orgs.). *Christophe Dejours: da psicopatologia à psicodinâmica do trabalho* (2a ed., p. 245-290). Fiocruz.

Dowbor, L. (2020). *O capitalismo se desloca: Novas arquiteturas sociais*. Elefante.

Dowbor, L. (2022). *A era do capital improdutivo* (nova ed.). Autonomia Literária.

Dowbor, L. (2024). *A revolução digital: Uma sociedade à beira de rupturas*. Record.

Druck, G. (2011). Trabalho, precarização e resistências: Novos e velhos desafios? *Caderno CRH*, *24*(esp. 1), 37-57. DOI: https://doi.org/10.1590/S0103-49792011000400004

Dussel, E. (1977). *Filosofia da libertação*. Loyola.

Fanon, F. (2008). *Pele negra, máscaras brancas* (R. da Silveira, Trad.). EDUFBA.

Fanon, F. (2022). *Os condenados da terra*. Civilização Brasileira.

Freire, P. (1999). *Educação como prática da liberdade* (23a ed.). Paz e Terra.

Freire, P. (2003). *Pedagogia do oprimido* (37a ed.). Paz e Terra.

Freire, P. (2018). *Conscientização*. Cortez.

Freitas, L. G. (2023). *Trabalho, sofrimento e ação*. CRV.

Gorender, J. (2016). *A escravidão reabilitada*. Ática.

Grohmann, R. (2020a). A comunicação na circulação do capital em contexto de plataformização. *Liinc em Revista*, *16*(1), e5145-e5145. DOI: https://doi.org/10.18617/liinc.v16i1.5145

Grohmann, R. (2020b). Plataformização do trabalho: entre a dataficação, a financeirização e a racionalidade neoliberal. *Revista Contracampo*, *39*, 1-10. https://periodicos.ufs.br/eptic/article/view/12188.

Guimarães, S. D., Jr., & Freitas, L. G. (2024). Um olhar decolonial para a psicologia do trabalho no Brasil: Epistemologias e imaginários para além da mercado-lógica do capital. *Trabalho (En)Cena*, *9*(Contínuo), e024028. DOI: https://doi.org/10.20873/2526-1487e024028

Han, B.-C. (2018). *Sociedade do cansaço*. Vozes.

Kopenawa, D., & Albert, B. (2015). *A queda do céu: Palavras de um xamã Yanomami* (B. Perrone-Moisés, Trad.). Companhia das Letras.

Krenak, A. (2020). *Caminhos para a cultura do bem viver*. Cultura do Bem Viver.

Lander, E. (Org.). (2005). *A colonialidade do saber: Eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas*. CLACSO.

Lara, R., & Diogo, M. J. (2022). *Trabalho e resistência nos quilombos contemporâneos*. Appris.

Limulja, H. (2022). *O desejo dos outros: Uma etnografia dos sonhos Yanomami*. Ubu Editora.

Lukács, G. (2013). *História e consciência de classe*. Martins Fontes.

Marx, K., & Engels, F. (2007). *A ideologia alemã*. Boitempo.

Martín-Baró, I. (2014). Psicologia política do trabalho na América Latina. *Revista Psicologia Política*, *14*(31), 609-624. https://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-549X2014000300012

Mendes, A. M., & Araújo, L. K. R. (2011). *Clínica da psicodinâmica do trabalho: Práticas brasileiras*. ExLibris.

Mignolo, W. (2008). Desobediência epistêmica: A opção descolonial e o significado de identidade em política. *Cadernos de Letras da UFF*, *34*, 287-324. https://professor.ufop.br/sites/default/files/tatiana/files/desobediencia_epistemica_mignolo.pdf

Moura, C. (2014). *Rebeliões da senzala: Quilombos, insurreições, guerrilhas*. Anita Garibaldi.

Moura, C. (2019). *Sociologia do negro brasileiro*. Perspectiva.

Moura, C. (2021). *Quilombos: Resistência ao escravismo* (5a ed.). EdUESPI.

Nascimento, B. (2021). *Uma história feita por mãos negras: Relações raciais, quilombos e movimentos* (A. Ratts - Org.). Zahar.

OXFAM. (2024). *A rota da desigualdade: Como a concentração de renda e a crise climática se conectam e afetam o Brasil*. OXFAM Brasil - https://www.oxfam.org.br/retrospectiva-oxfam-brasil-2024/

Rolnik, S. (2018). *Esferas da insurreição: Notas para uma vida não cafetinada*. n-1 Edições.

Santos, A. B. (2023a). *A terra dá, a terra quer*. Ubu Editora / Piseagrama.

Santos, A. B. (2023b). *Colonização, quilombos: modos e significações*. INCTI/UnB.

Souza, J. (2020). *A elite do atraso: Da escravidão à lava jato* (nova edição). Editora Leya.

UBS. (2023). *Global Wealth Report 2023*. UBS Financial Services Inc. https://www.ubs.com/global/pt/wealthmanagement/latamaccess/wealth-planning/articles/global-wealth-report-2023.html.